



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

REQUERIMENTO Nº 42 DE 2023

Requeiro a V. Ex^a, informações referente aplicabilidade da Emenda Constitucional, nº 127, de 22 de Dezembro de 2022 que disciplina o piso nacional aos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem do município de Paranatinga-MT.

O VEREADOR WELLINGTON MIRANDA PASSOS, no uso de suas atribuições legais, apresenta para deliberação soberana do plenário desta casa o seguinte Requerimento:

DECISÃO: Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO LEGISLATIVO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE MEDIDA CAUTELAR PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO REVOGAÇÃO PARCIAL.

1. A Ação. Ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei nº 14.434/2022, que institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira, a ser aplicado (a) aos profissionais contratados sob o regime celetista; (b) aos servidores públicos civis da União, das autarquias e fundações públicas federais; e (c) aos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas

Recebido
22/05/2023
às 08:20h



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

autarquias e fundações.

2. A medida cautelar concedida. À falta de indicação da fonte adequada de custeio e ADI 7222 MC / DF 3 considerado o iminente risco de graves prejuízos para os Estados e Municípios, demissões em massa e redução do número de leitos e da qualidade dos serviços de saúde, foi concedida medida cautelar suspendendo os efeitos da lei, até que sobreviesse a avaliação dos impactos da alteração legislativa. Em 19.09.2022, o Plenário do Supremo Tribunal Federal referendou a medida cautelar.

3. A aprovação de emenda constitucional. Na sequência, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 127/2022, prevendo competir à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira aos entes subnacionais, às entidades filantrópicas e aos prestadores de serviços que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS, com vista ao cumprimento dos pisos salariais. Como a lei prevista na própria emenda constitucional ainda não havia sido editada, não foi possível suspender a cautelar.

4. Superveniência da Lei nº 14.581/2023. Em 11.05.2023, porém, foi editada a legislação que regulamenta a EC nº 127/2022, prevendo a abertura de crédito especial ao Orçamento da União, no valor de R\$ 7,3 bilhões, para atendimento a essa programação específica. Diante disso, a medida



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

*cautelar cumpriu parte do seu ADI 7222 MC / DF 4
propósito, pois permitiu a mobilização dos Poderes
Executivo e Legislativo para que destinassem
recursos para custeio do piso salarial pelos entes
subnacionais e entidades integrantes da rede
complementar do SUS.*

CONSIDERANDO, o Direito assegurado pela Lei 14434/2022 com base no advento das Emendas Constitucionais nº 124, De 14 de Julho de 2022 e nº 127, De 22 de Dezembro de 2022 que disciplinam e regularizam o Piso Nacional aos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.

CONSIDERANDO, que a aprovação da Emenda, farão jus a um Piso Salarial Nacional de: os Enfermeiros (R\$ 4.750,00), Técnicos de Enfermagem (R\$ 3.325,00) e Auxiliares de Enfermagem (R\$ 2.375,00).

CONSIDERANDO, que no texto promulgado pelo Congresso Nacional, determina que Estados, o Distrito Federal e os municípios paguem o piso nacional dos profissionais da saúde.

CONSIDERANDO, que atualmente, no Brasil, a Enfermagem possui no geral 2.540.715 profissionais, sendo 438.886 auxiliares e 1.476.584 técnicos e técnicas e 624.910 enfermeiras e enfermeiros onde 85% dessas vagas estão representadas por mulheres. Esses profissionais têm a nobre tarefa de orientar as famílias a cuidar de sua própria saúde e, por consequência, contribuem para a preservação da saúde de toda a coletividade.

Desta forma, a emenda constitucional estabelece que os recursos



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

financeiros repassados pela União aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal para pagamento do vencimento do piso dos profissionais de saúde não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

Pelo Exposto,

REQUEIRO ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de **PARANATINGA- MT**, *que encaminhe em caráter de urgência informações ou Projeto de Lei específico, com intuito de regulamentar o piso nacional da enfermagem em nossa municipalidade.*

Paranatinga dia 22 de Maio de 2023.

WELLINGTON MIRANDA PASSOS
VEREADOR